

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS MARCO ZERO**

Rosileia Melo Loureiro

**Mulheres na produção de farinha na comunidade Casa Grande no
Curiaú: uma relação entre gênero e trabalho**

Macapá – AP
2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CAMPUS MARCO ZERO**

Rosileia Melo Loureiro

**Mulheres na produção de farinha na comunidade Casa Grande no
Curiaú: uma relação entre gênero e trabalho**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção dos graus de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Msc. Luciano Magnus de Araújo.

Macapá – AP
2016

ROSILEIA MELO LOUREIRO

**Mulheres na produção de farinha na comunidade Casa Grande no
Curiaú: uma relação entre gênero e trabalho**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção dos graus de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Msc. Luciano Magnus de Araújo.

Prof. Msc. Luciano Magnus de Araújo (orientador)

Universidade Federal do Amapá

Prof^o. Msc. David Júnior de Souza Silva

Universidade Federal do Amapá

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro dos Santos Oliveira

Universidade Federal do Amapá

Nota: _____

Data: ____/____/____

Dedico à Deus, meus familiares e às mulheres da comunidade Casa Grande que me ajudaram para realização desta pesquisa .

AGRADECIMENTOS

A Deus

“Pela força e motivação conseguidas para superar os longos anos de estudo, sem permitir que desistisse de meu objetivo.”

Aos familiares

“Pelo incentivo e apoio dados para buscar sempre novos caminhos e conhecimento.”

Ao orientador Prof. Me. Luciano Magnus de Araújo

“Pela paciência e por aceitar o desafio junto comigo e acreditar em minha capacidade para a elaboração deste trabalho.”

RESUMO

Este artigo discorre de maneira sucinta sobre a relação estabelecida entre trabalho e gênero, baseado em questões díspares que levam a não valorização do trabalho feminino na agricultura familiar. Utilizando o caso da comunidade agrícola de Casa Grande no distrito do Curiaú em Macapá, foram analisadas as relações de gênero e trabalho das produtoras de farinha, através da observação e questionamento a cerca dos modos e práticas exercidas na produção e venda do produto e como estas atividades influenciam no convívio e na sistemática de hierarquia entre os membros familiares.

Palavras-chave: Agricultura familiar, gênero, produção de farinha, trabalho, comunidade negra rural.

ABSTRACT

This article discusses briefly about the relation between labor and gender, based on disparate issues that lead to non-valuation of women's work in family farming. Using the case of the farming community of Casa Grande in Curiaú district in Macapá, gender relations and work the flour producers were analyzed by observing and questioning about the ways and practices exercised in the production and sale of the product and how these activities influence the interaction and systematic hierarchy among family members.

Keywords: Family agriculture , gender, production of flour , work, rural black community.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização do Estado do Amapá e comunidade Casa Grande no Distrito do Curiaú no município de Macapá.....	23
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 GÊNERO, TRABALHO E A QUESTÃO SOCIAL ECONÔMICA E CULTURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	12
1.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DE GÊNERO DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS À CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	12
1.2 O CONCEITO DE GÊNERO	13
1.3 AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NA ECONOMIA INERENTES A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO.....	18
1.4 A ABORDAGEM SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR E A RELAÇÃO DE GÊNERO NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	20
2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS SÓCIO CULTURAIS ECONÔMICAS E POLÍTICAS DA PRODUÇÃO DE FARINHA DAS MULHERES DA COMUNIDADE CASA GRANDE	23
2.1 LOCALIZAÇÃO E ABORDAGEM CULTURAL DA PRODUÇÃO DE FARINHA DA COMUNIDADE CASA GRANDE	23
2.2 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES QUE PRODUZEM FARINHA NA COMUNIDADE CASA GRANDE	26
2.3 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DE FARINHA NA COMUNIDADE CASA GRANDE	27
2.4 OBSTÁCULOS E EXPECTATIVAS DA PRODUÇÃO DE FARINHA DAS MULHERES DA CASA GRANDE	28
3 A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PPI NA COMUNIDADE CASA GRANDE	30
4 OS DESAFIOS DA COLETA DE DADOS	32
5 O QUE DETERMINA A NÃO EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE FARINHA DA CASA GRANDE	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
BIBLIOGRAFIA	36
ANEXOS	
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, as relações estabelecidas entre os gêneros masculino e feminino geraram discussões e debates que na sua maioria levam à questão da desigualdade gerada entre ambos. Seja por benefícios ou pela busca contínua de igualdade que estas diferenças ocasionam, o que se sabe é que até os dias atuais esta igualdade em sua totalidade não foi alcançada.

Entre conceitos e teorias, a ideia de gênero é marcada por uma diferenciação que vai desde a sua separação por aspectos biológicos até às relações marcadas por capacidades de força e hierarquia.

Dentro dessa visão existem vários casos em que as disparidades se encontram no meio do trabalho, sendo que a área de foco deste artigo concentrou-se na variação exercida dentro do trabalho agrícola, especificamente na agricultura familiar.

Foi tomada como local de análise a comunidade agrícola de Casa Grande, situada no distrito do Curiáu, na capital Macapá, no Estado do Amapá, com o objetivo geral de investigar a realidade em que vivem e trabalham as mulheres que produzem farinha na comunidade. Tem por objetivos específicos detectar quais os obstáculos enfrentados pelas mulheres que realizam a produção da farinha, analisar como estas mulheres lidam com a autonomia econômica liderada por elas e como seu trabalho é visto pela comunidade externa, bem como estas agem para que sejam reconhecidas e organizam sua prática para que seja mantida dentro do contexto onde vivem.

Para tanto a pesquisa foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, através revisão de literatura e método etnográfico realizado através de visitas à comunidade para registro fotográfico e entrevistas com as mulheres produtoras de farinha da comunidade Casa Grande e o presidente da Associação de moradores Ailton da Silva Chagas entre os meses de agosto e outubro de 2015. Dessa forma realizou-se uma análise sobre as diferenciações e teorias a cerca do gênero, como forma de estabelecer um paralelo sobre as especificidades que os cercam e permitem distingui-los por meio de diferentes pontos de vista, e as formas pelas

quais os gêneros influenciam economicamente os indivíduos dentro de suas atividades geradoras de renda.

Dessa forma foram elaborados cinco capítulos para estruturar a pesquisa. O capítulo 1 trata das especificidades sobre gênero, abordando questões relativas aos seus conceitos e origem e as relações existentes juntamente ao elemento trabalho, como as divisões sociais, focando ainda na agricultura familiar. No capítulo 2 tem-se os aspectos relativos ao local da pesquisa e as características do grupo social estudado, relatando as observações das atividades ali praticadas. No capítulo 3 discorre-se sobre a implantação do projeto PPI (Programa de Produção Integrada) implantado na comunidade Casa Grande com o intuito de beneficiar o processo de produção da farinha local. No capítulo são apresentados os resultados obtidos através de pesquisa de campo, realizada por meio de visitas à comunidade de Casa Grande, onde foram feitas entrevistas com moradores, para obtenção dos relatos à cerca da produção da farinha e no capítulo 5 os fatores que implicam na realização desta prática, permitindo assim que fossem observadas de que forma se dá as diferenças de gênero influenciadas pela prática da produção de farinha e de que maneira as mulheres, em especial, lidam e veem seu trabalho em relação à estrutura organizacional de suas famílias.

Por fim, apresenta-se as considerações finais, como forma de expor os resultados obtidos, dentro da perspectiva de que estas mulheres apresentam-se como peculiares, vistas em uma sociedade patriarcal com papel de responsabilidade diferenciado.

1 GÊNERO, TRABALHO E A QUESTÃO SOCIAL ECONÔMICA E CULTURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

1.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DE GÊNERO DAS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS À CONSTRUÇÃO SOCIAL.

Neste tópico apresentaremos de forma resumida um dos campos das ciências humanas, que são as teorias inerentes ao conceito de gênero através do determinismo biológico e da construção social pelo fato destes serem cruciais nas pesquisas deste artigo tanto teóricas quanto de campo.

Até os anos 70 predominou a explicação da ideia de gênero através do determinismo biológico, afirmando que as assimetrias entre homens e mulheres ocorriam devido as desigualdades biológicas, o que desta forma considerava-se natural a dicotomia da fragilidade para o feminino e as qualidades como força muscular serem atribuídas ao masculino.

Conforme Citeli (2001) citado por Hernández (2009), os adeptos do determinismo biológico procuram explicar que a posição ocupada por diferentes grupos na sociedade comportamentos, habilidades, capacidades, padrões cognitivos, e a sexualidade resultam da constituição biológica. O que de acordo com Nicholson (2000) citado por Hernández (2009, p. 44-45) “a relação com o corpo, a personalidade e o comportamento coexistem com os aspectos biológicos”. Estas justificativas levaram a rejeição do determinismo biológico por algumas feministas pelo fato das características anatômicas apresentarem diferenças o que não justificaria um comportamento universal de acordo com o sexo.

Bicalho (1998), Bock (2006) citados por Hernandez (2009) relatam a negação do determinismo biológico pelas mulheres ao dizer que:

Na década de 1970, as mulheres feministas, nas academias da Europa e Estados Unidos, introduziram a categoria de gênero na explicação das relações entre homens e mulheres, como construção socioculturais, negando a desigualdade de papéis como naturais. (BICALHO, 1998; BOCK, 2006, citados por HERNÁNDEZ, 2009, p. 49)

Desta forma, as diferenças sociais entre homens e mulheres estão conectadas aos padrões sociais criados através de símbolos culturais que se tornam normas das funções que devem desempenhar homens e mulheres o que explica as

diferenças dos papéis desempenhados pelos sexos como uma construção social e não naturais.

1.2 O CONCEITO DE GÊNERO

O universo do significado de gênero é muito amplo e varia de acordo com o assunto em que está sendo abordado, desta forma vamos nos delimitar a este conceito na gramática no movimento feminino nas concepções teóricas e também segundo Scott (1989).

Começaremos nossa investigação pelo seu ponto de origem, a gramática, desta forma, temos, segundo o dicionário Mini Houaiss: “4. em gramática, categoria que classifica as palavras em masculino, feminino e neutro.” (2010, 386).

Adentrando no significado dos três gêneros temos, segundo o dicionário Mini Houaiss “masculino relativo a macho ou homem” (2010, p. 507), “feminino relativo a fêmea ou mulher” (p. 356) e com relação ao neutro temos a seguinte definição do linguista Ferreira (1986) citado por Guedes (1995), “diz-se do gênero de palavras ou nomes que em certas línguas, designamos serem concebidos como não animados em oposição aos animados, masculino e feminino” (s/p).

Analisando os três conceitos podemos dizer que as regras gramaticais são precisas para identificarmos o masculino e o feminino, mas de acordo com Scott (1989, p. 3): “...as classificações sugerem uma relação entre categorias que permitem distinções ou agrupamentos separados.” Como exemplo dessa classificação podemos estabelecer o ajuntamento de uma gata, uma jaqueira e uma mulher, onde a relação destas neste agrupamento é de pertencerem ao sexo feminino mas elas pertencem a classes distintas enquanto ao neutro aparece apenas em oposição ao masculino e feminino o que nos remete a impressão de quase inexplorado .

Chegamos ao conceito de homem e mulher conforme Ferreira (1986), citado por Guedes(1995, s/p), mulher “o ser humano capaz de conceber e parir outros seres humanos e que se distingue do homem por essas características” e para o significado de homem temos “qualquer indivíduo pertencente a espécie animal que, apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva, o ser humano dotado das qualidades viris como coragem, força e vigor sexual”.

Desta forma, as designações linguísticas inerentes a homem e mulher possuem diferenças hierárquicas e as qualificações e definições de mulher não as conceituam perante a sociedade de forma denotativa o que temos são características binárias como meretriz ou reprodutora, portanto, a mulher no sentido da construção da língua é invisível.

Temos também como pontos essenciais na busca da interpretação de gênero, a construção teórica e o movimento feminino, que de acordo com Guedes(1995, s/p):

(...) A luta pela abertura política no Brasil, trouxe uma reflexão também da condição feminina, que teve um impulso maior no país com a instauração da Década da Mulher das Nações Unidas, de 1975 á 1985. Com a vinda de militantes exiladas pelo regime ditatorial, a discussão sobre o feminino e masculino se acentuou ainda mais, já que em outros países a discussão sobre a opressão feminina se encontrava em estágios bem avançados enquanto que no Brasil, ainda engatinhávamos no pós- abertura. Os encontros desencontros de militantes latino- americanas (os) , com inglesastes francesas(es), alemãs (ães) com essa reflexão discussão de um certo pensar a mulher possibilitaram modificações também no Brasil . Surge daí a afirmação primeira do movimento feminista brasileiro, ou sua primeira fase: visibilizar o feminino enquanto elemento qualitativo e constitutivo da população e das instituições brasileiras.

Este período vai dos anos 1980 a 1985 e segundo Bandeira e Oliveira (1990, p.5) citados por Guedes (1995) tinha como slogan “*Mulher: Participação e Representação Política*”, pretendendo assim o reconhecimento tanto no meio acadêmico quando de movimentos temáticos da importância da atuação e da participação da mulher na política em geral de forma qualitativa e numerosa no macro social.

Guedes (1995, s/p) diz ainda que:

“Um segundo momento da construção da história do conceito de gênero no seio dos movimentos sociais e da academia, poderia ser agregado ao slogan dos grupos de reflexão feminista, que proliferaram no país pós 80”.

Em meio a uma explosão política, onde encontrávamos a tentativa de visibilizar o feminino já se tinha pronta a noção de incluir neste ambiente a precisão da nomeação da mulher, da sua compreensão como cidadã para que assim, possamos compreender a sua vivência. Pretendia-se levar essas ideias a população em geral, mas houve resistência social e acadêmica e as feministas que pretendiam entender as características do por que da situação das mulheres permaneceram em grupos minoritários. Essas feministas procuravam agir contra as diferenças sociais entre os sexos indo de desencontro com atitudes falocráticas de seus companheiros.

Essa batalha por reconhecimento feminino pode ser comparada à fala de Guedes (1995, s/p), quando nos trás o exemplo do que ocorreu dentro do movimento operário brasileiro ao lembrar que “a compreensão do movimento operário brasileiro não mudou porque souberam que as mulheres participaram da sua formação” esse período foi de 1985 a 1988”.

De 1989 aos dias atuais temos o terceiro período, nessa fase apesar do movimento de mulheres e feministas terem dado visibilidade a mulher nos movimentos sociais, buscarem a regulamentação acadêmica de estudos sobre a mulher e terem dado consciência dos direitos e deveres das mulheres tanto em ambientes públicos como em privados, ainda lutam para aumentarem seu número de adeptos para saírem dos guetos.

Conforme Guedes (1995, s/p):

(...) resgatar o ser mulher foi importante para os diferentes movimentos, mas não significou mudanças nas relações sociais expressas nas práticas cotidianas, nas práticas institucionais. Proliferaram estudos sobre a mulher, mas o diálogo e o estatuto da cientificidade continuaram a corroer as tentativas feitas por estudiosas\acadêmicas\feministas.

De acordo com Guatarri e Rolnik (1986, p.133) citados por Guedes (1995) “a questão da micropolítica é a de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetivação dominantes”.

Desta forma, estes movimentos conseguiram expressar seus objetivos mas não conquistaram grande parte da sociedade, foi como se as militantes dialogassem somente entre elas, então afirmamos que o movimento de mulheres/ feminismo tem dificuldades para emancipar as mulheres das assimetrias dos sexos devido as dificuldades de se expandir em uma sociedade dominada por uma cultura, que busca a superioridade masculina e que tem dificuldade em se envolver em mudanças sociais devido uma rotina convencional imposta pelas classes dominantes através de instituições.

Passamos a percorrer as abordagens teóricas na busca do conceito de gênero iniciando com a visão de pesquisadores que viam neste conceito a importância para inserir um novo paradigma da história das mulheres nos campos científicos, mas segundo Gordom, Buhle e Dye, in Guedes (1995) “(...) uma tal metodologia implica não somente uma nova história de mulheres, mas também uma nova história”.

De acordo com Scott (s/p, 1995) Gordom, Buhle e Dye estabelecem que “esta afirmação pressuporia uma analogia entre raça, classe e gênero. Para estas pesquisadoras as desigualdade sociais de poder estão organizadas segundo no mínimo, estes 3 eixos: Gênero, Raça e classe.” Mas conforme Scott (1995, p.73), citada por Guedes (1995) “classe tem seu fundamento na elaborada teoria de Marx (e seus desenvolvimentos ulteriores) sobre a determinação econômica e mudança histórica, raça e gênero não carregam associações semelhantes”.

Desta forma, interpretamos que a averiguação da suposição de que as desigualdades sociais possam ser explicadas através de gênero, classe e raça não são coerentes pelo fato destes termos apresentarem características diferentes relacionadas ao estudo de suas desigualdades, pois interpretamos que as assimetrias de classe são determinadas pela hierarquia econômica, mas etnia e gênero apresentam também como causas das suas assimetrias além das desigualdades econômicas fatores socioculturais.

Conforme Guedes (1995, s/p), Gordom, Buhle e Dye propõem que o termo gênero resolva as seguintes questões:

- As (os) historiadoras (es) buscam então que o conceito de gênero dê conta de 3 questões:
- 1 - Explicação das continuidades e descontinuidade e dar conta das desigualdades presentes, das experiências sociais radicalmente diferentes.
 - 2 - Constatação da alta qualidade dos trabalhos da história das mulheres e seu estatuto marginal em relação ao conjunto da disciplina.
 - 3 - Um desafio teórico, exigindo as análises não só da relação entre as experiências masculinas e femininas no passado mas também a ligações entre a história do passado e as práticas históricas atuais.

Atualmente as teorias de gênero se encontram dentro de duas categorias.

Uma essencialmente descritiva que utiliza “gênero como sinônimo de mulher” como no exemplo de Scott (1989, p. 6): “livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante muitos anos nos seus títulos o termo de “mulheres” pelo termo de “gênero”. Essa substituição implicou na dissociação entre ciência política feminista, pois gênero foi rotulado de maneira que amenizou as críticas no meio acadêmico feitas através do termo mulher. Desse modo gênero foi integrado à terminologia acadêmica sem um posicionamento científico com relação às desigualdades de poder vivenciadas pelas mulheres. Por tanto, as mulheres foram incluídas mas não tiveram o reconhecimento social na sua função legítima na história, permanecendo inomináveis na linguagem científica.

Temos também teorias que utilizam gênero como sinônimo da relação entre homens e mulheres implicando na ideia de ser impossível estudar um separado do outro pois, o mundo das mulheres faz parte do universo dos homens, rejeitando também desta forma o determinismo biológico, tendo gênero como um indicador das construções sociais . Sendo assim conforme Scott (1989, p. 7), “gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” desta forma, o gênero representa as origens da imposição da construção social da identidade subjetiva dos homens e das mulheres implicando desta forma na imposição dos comportamentos que devem desempenhar homens e mulheres na sociedade.

As historiadoras feministas utilizaram uma sequência de análises de gênero que podem ser resumidas em três:

- 1 - Esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado.
- 2 - Discussão dentro da teoria Marxista.
- 3 - Inspira se nas varias escolas de psicanalises para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito dividida entre o pós – estruturalismo e as teorias anglo–americanas das relações do objeto. (GUEDES, 1995, s/p)

Após as explanações de gênero chegamos à conclusão que o conceito deste termo por Scott (1989, p.21), é o que mais se adequa a este artigo, segundo esta historiadora a “definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si mas deveriam ser analiticamente distintas”.

Estas duas partes de acordo com Scott (1995, p.50) citada por Hernandez (2009, p.50) são:

- 1- O gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos.
- 2 - O gênero como forma primária de representar as relações de poder. As mudanças na organização das relações correspondem sempre a mudança nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional.

Na primeira parte deste conceito temos os seguintes elementos constitutivos que estão ligados entre si, mas não agem ao mesmo tempo.

- a) Os símbolos: culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (com frequências contraditórias).
 - b) Conceitos normativos.
- (SCOTT, 1995, citado por HERNÁNDEZ, 2009, p.50)

Estes conceitos normativos seriam aqueles que apresentam explicações dos significados dos símbolos que pretendem parar as possibilidades metafóricas, podemos encontrar a imposição desses conceitos nas doutrinas religiosas educativas, científicas ou jurídicas sendo que estes conceitos são culturais e não

permitem comportamentos diferenciados dos normativos confirmando desta forma as maneiras que devem agir homens e mulheres e do que se considera masculino ou feminino sendo que o comportamento diferente dessas normas é inaceitável ou reprimido, como exemplo o homem não pode levar desaforo para casa e a mulher tem que ser meiga.

E têm-se ainda os seguintes itens:

c) “A noção de fixidez (...) que leva a aparência de uma permanência intemporal na representação binária dos gêneros” (SCOTT, 1995 p. 87 citado por GUEDES, 1995 s/p)

Desta forma seria preciso trabalhar juntamente com o conceito de gênero a compreensão de político nas organizações sociais e nas instituições para que desta forma pode-se despertar as mulheres na busca de igualar seus direitos com os homens.

E por fim o último dos itens:

d) “A noção de identidade subjetiva.” (SCOTT, 1995 p. 87 citado por GUEDES, 1995 s/p).

Neste item D é onde a construção da identidade de gênero baseia-se em símbolos normativos que estabelecem o comportamento de homens e mulheres através da internalização da subjetividade de acordo com a cultura dominante, o que desta forma conduz o individuo a exercer uma sexualidade imparcial reprimindo suas características psicológicas para serem aceitos de acordo com os padrões sociais do que se considera como atitudes normais para o masculino e feminino como exemplo temos o comportamento de uma mulher que pode caracterizá-la como santa ou meretriz.

1.3 AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NA ECONOMIA INERENTES A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Conforme Alambert (1986), citado por Hernandez (2009, p.45-46), na ideia de Marx e Engels “historicamente para cada tipo de sociedade corresponde um determinado tipo de família, que se modifica nas formas nas relações internas, nas funções e objetivos com as modificações que ocorrem nos modos de produção”.

Sendo assim, de acordo com Marx e Engels in Hernandez (2009, p. 45,46) a divisão dos sistemas de produção feminino e masculino em cada sociedade começa na família onde a divisão social do trabalho se agrega a divisão sexual do trabalho, temos a confirmação destes fatos quando Hernandez, menciona a seguinte citação de Engels (2001), “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. (ENGELS, 2001 citado por HERNÁNDEZ, 2009, p.46). Portanto, a mulher fica socialmente condicionada à historicidade da predestinação de possuir os fatores biológicos para gerar os filhos o que as leva como um dos motivos da subordinação às atividades domésticas.

Desta forma no seguinte fragmento de Engels (2001), citado por Hernandez (2009, p.46), “na família o homem é o burguês e a mulher o proletário”, Hernandez afirma que Engels, fazia uma analogia a estrutura de classes; conforme esta discussão o trabalho feminino pertence a uma hierarquia doméstica e oprimida e improdutiva na escala de produção capitalista e social, tendo a invisibilidade do seu reconhecimento, enquanto as funções masculinas pertencem ao ambiente público, como a política, são consideradas influentes na economia o que os leva ao acesso aos bens materiais e a valorização social.

Entretanto, a mulher trabalha em grande maioria para sua subsistência, exercendo a dupla jornada de trabalho no ambiente doméstico e público em pequena percentagem, em meio a esses fatos temos uma relação de poder entre os sexos em que o homem é a classe dominante na divisão social e sexual do trabalho. Com relação às assimetrias de gênero nas divisões do trabalho conforme o Marxismo Hernández (2009, p.47), menciona a seguinte citação de Scott (1995):

Uma das primeiras categorias construídas pelo Marxismo é “mulher e trabalho” que considera a subordinação da mulher numa estrutura de relações de poder delimitadas pelo sexo, onde a mulher tem uma relação de desigualdade em relação ao homem na família e na sociedade em geral através do trabalho.

Porém, de acordo com esta historiadora, citada por Hernández,

A vantagem da abordagem marxista é que ela evita divergências agudas de posição sua desvantagem é que ela deixa intacta uma teoria plenamente articulada que remete as relações entre os sexos e as relações de produção. (SCOTT, 1995, citado por HERNÁNDEZ, 2009, p.80)

Segundo essas citações podemos argumentar que as desigualdades de gênero não podem se resumir a maternidade como fator determinante da inferioridade na divisão sexual do trabalho nos sistemas de produção capitalistas, a exaltação do capitalismo como responsável das desigualdades de gênero pois,

antes do capitalismo as mulheres já pertenciam a uma hierarquia inferior na política e na economia o que desta forma eram consideradas historicamente invisíveis nestes planos e subordinadas aos homens.

Desta forma, é preciso buscar a construção cultural e simbólica dos papéis que devem desempenhar homens e mulheres na sociedade, para que possamos amenizar as desigualdades de gênero através da desconstrução socialmente imposta da subordinação feminina e da dominação masculina. Porém em meio aos prós e contras dos fatores mencionados pelo marxismo para as desigualdades de gênero as feministas marxistas segundo Hernandez (2009, p.48) “Compartilham a ideia inicial sobre a acumulação de capital como uma forma de desenvolvimento desigual e com conflitos sociais”, o que conforme Bicalho (1998) citado por Hernández (2009, p. 48-49), consideram alguns aspectos que firmam este fato.

- a) O mundo moderno leva as mulheres para o espaço público, mas discrimina seu trabalho no espaço privado;
- b) Ao proporcionar a participação feminina no mundo do trabalho, a mulher duplica sua jornada de trabalho e continua oprimida no espaço privado e doméstico;
- c) Não se reconhece o trabalho doméstico e a maternidade como funções sociais;
- d) Tanto a família como a economia de mercado apropriam-se do trabalho da mulher;
- e) A dominação e a subordinação nas relações de gênero são características do capitalismo;
- f) A condição da classe social agrava as situações de desigualdade nas relações de gênero;

1.4 A ABORDAGEM SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR E A RELAÇÃO DE GÊNERO, NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme Schineider (2003) citado por Hernandez (2009, p. 71.):

No Brasil, a discussão sobre agricultura familiar ainda é muito recente e não possui contornos definidos. Este debate ganhou visibilidade política e social apenas na década de 1990, principalmente com a implantação do programa nacional de agricultura familiar. Desta forma, esse termo é utilizado com frequência nos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por diversos seguimentos de corte acadêmico sobretudo pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural.

Ao falarmos em agricultura familiar, logo empiricamente associamos a produção familiar, mas esta é uma noção muito imprecisa, pois este termo abrange várias classificações e fatores desta forma, dentre os diversos critérios e

classificação da amplitude para se chegar ao conceito de agricultura familiar vamos nos delimitar as características para definir este termo da Organização das Nações Unidas para Agricultura Alimentação (FAO) e do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA) utilizados por Hernández (2009) por essas se adequarem à agricultura familiar do objeto de pesquisa deste artigo, assim temos as seguintes características:

- a) A gestão da unidade produtiva é realizada por pessoas que mantêm entre si laços de parentesco ou casamento.
 - b) Os meios de produção embora nem sempre a terra pertencem a família.
 - c) A maior parte do trabalho é realizada por membros da família.
- (HERNÁNDEZ, 2009, p. 74)

Dentre as diversas classificações da agricultura familiar, adotamos um dos modelos da FAO e do INCRA, a agricultura familiar periférica, por esta apresentar características em comum com a produção de farinha das mulheres da Casa Grande, como pequena produção e agricultura de subsistência.

De maneira geral a agricultura familiar representa 80% dos estabelecimentos rurais, sendo que, de acordo com Melo (2002, p.3), “a agricultura familiar periférica é constituída aproximadamente 50% dos estabelecimentos rurais que formam a agricultura familiar brasileira”.

Outra discussão presente na agricultura familiar é a divisão social do trabalho que de acordo com Wortmann (1997) citado por Melo (2002, p. 4), “Seja qual for a terminologia da agricultura familiar entende o pai de família como aquele que reúne todas as condições para participar de todo processo de trabalho”.

Desta forma, as famílias da agricultura familiar são patriarcais, tendo na figura familiar o homem como o responsável pela economia e pelas atividades que são consideradas como trabalho pesado na agricultura. Enquanto a mulher exerce os trabalhos domésticos e participa da agricultura, mas seu trabalho é visto apenas como ajuda ou para complementar a renda compartilhada pela família é também considerado como um trabalho leve.

Conforme Bordieu (2005) citado por Hernández (2009, p. 76),

A divisão sexual do trabalho que assegura a dominação masculina esta presente fortemente nas práticas cotidianas, na ocupação e divisão do espaço, ou seja, nos hábitos de cada individuo de forma naturalizada.

Perante esta citação podemos confirmar que a dominação masculina é fortemente presenciada e executada, o que leva não somente os homens, mas também as mulheres passem a ter como natural o seu trabalho na agricultura e

ser tido como uma extensão das atividades domésticas, esse domínio dos homens leva ao não reconhecimento da atuação na mulher na agricultura.

Na agricultura familiar, é comum termos o trabalho feminino considerado leve como colheita e plantio “que a divisão sexual do trabalho elegeu como atividades feminina” (MELO, 2002, p. 7), mas em casos de necessidades como na comunidade Casa Grande, as mulheres realizam atividades pesadas como derruba de árvores e o homem participa da colheita e plantio quando está fazendo outras tarefas.

Porém, mesmo as mulheres realizando as mesmas tarefas dos homens nem sempre são remuneradas o que implica no não reconhecimento do seu trabalho, esse não reconhecimento segundo Melo (2002, p.6)

(...) Sugere que ele não gera valor econômico e social. Usando uma definição mais ampla do trabalho ele não transforma a natureza através do dispêndio da capacidade física e mental, tudo isso reafirma a tradicional divisão sexual do trabalho.

2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS SÓCIO CULTURAIS ECONÔMICAS E POLÍTICAS DA PRODUÇÃO DE FARINHA DAS MULHERES DA COMUNIDADE CASA GRANDE

2.1 LOCALIZAÇÃO E ABORDAGEM CULTURAL DA PRODUÇÃO DE FARINHA DA COMUNIDADE CASA GRANDE

A comunidade Casa Grande encontra-se às margens da rodovia Alceu Paulo Ramos AP- 70 no Curiaú, distrito do município de Macapá, capital do Estado do Amapá (Fig. 1).

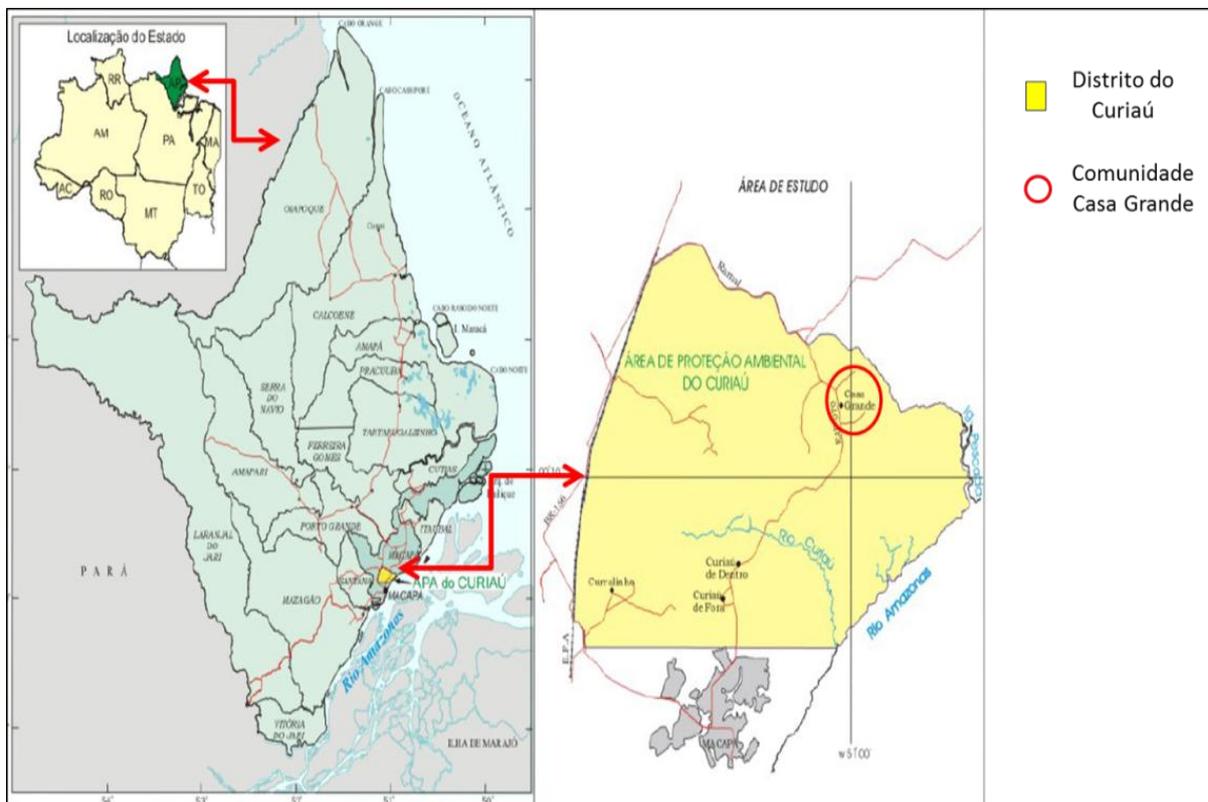


Fig. 1: Localização do Estado do Amapá e comunidade Casa Grande no Distrito do Curiaú no município de Macapá.

Fonte: QUEIROZ (2008) – adaptado pela autora

Ao chegarmos neste local nos deparamos nos quintais das residências com casas de farinhas ou “Caduforno” (in Anexos), local onde se prepara a farinha, sendo estes estabelecimentos demarcados apenas por telhados que cobrem os instrumentos de produção. Conforme relatos das agricultoras, as únicas mudanças ocorridas nestes estabelecimentos desde o início da cultura da farinha, foram na

localização que antes eram construídas nas roças em função da proximidade que esta tinha com o rio, assim todo o processo de produção era realizado no mesmo local para ao final a farinha ser transportada através de embarcações pelo rio Curiaú, porém com a construção da ponte sobre o rio, o transporte se deu por vias terrestres; além também da chegada da energia elétrica na comunidade que proporcionou a substituição dos ralos manuais de mandioca pelos elétricos levando; e a cobertura dos telhados que deixaram de serem de palha para serem cobertos de telhas.

Outra transformação nessa cultura está relacionada com os instrumentos de produção como:

A) O ralo que antes era manual construído de madeira e zinco foi adaptado tornando-se elétrico chamado de “catitu” (in Anexos) feito com um motor sendo que a parte para se ralar a mandioca permaneceu como a do ralo antigo feita de zinco furado com prego, esta foi encaixada a este motor para que desse modo, a mandioca permaneça com a mesma qualidade da ralada manualmente. Este foi um dos segredos revelados para que se mantenha a qualidade da farinha, conforme a produtora Rosângela Chagas, “se o ralo for totalmente industrializado a mandioca fica ralada muito fina virando polpa”.

B) O “tipiti” (in Anexos), instrumento utilizado para extrair o tucupi (in Anexos) líquido amarelo da mandioca ralada, anteriormente era confeccionado com talas de uma palmeira chamada de Buriti, posteriormente é tecido de fitas de plástico que eram utilizadas para amarrar.

C) A peneira (in Anexos) que antes era tecida com fibra de Buriti e pedaços de galho de árvores atualmente é construída de madeira e tela de metal porém, este instrumento permanece com a mesma qualidade para separar a mandioca ralada da “carueira” (in Anexos), pedacinhos de mandioca que o “catitu” não ralou utilizada para alimentar os animais, e selecionar a farinha quase pronta do “gurulão” (in Anexos), parte da farinha que “embolou” quando estava sendo torrada, ficando em formato de bolinhas.

Os demais modos de se produzir a farinha permanecem desde o início dessa cultura da seguinte forma para se descascar a “soca” como também é chamada a raiz da mandioca as produtoras descascam com facas sentadas no chão, em latas, em cima de sacos com mandioca e raramente em cadeiras e quando a mandioca é

macerada é descascada com as mãos. Algumas crianças participam desse processo porém, as mães querem que seus filhos tenham outro rito de passagem que não seja tornarem-se produtores de farinha e sim que estudem e tenham outra profissão porque segundo elas para se produzir farinha é um trabalho de sacrifício.

Quando as agricultoras produzem farinha em pouca quantidade e querem aproveitar a tapioca (in Anexos), o tucupí passa a ser retirado sem o uso do tipiti e sim através da utilização de um tecido, no qual a macaxeira ralada é prensada manualmente. O tucupi é utilizado por essas mulheres para matar formigas e também na culinária, quando este é fervido, pois se consumido sem ferver pode levar a óbito, pois apresenta em sua composição o ácido cianídrico.

A mandioca ralada sem o tucupi continua sendo mexida no forno pelas agricultoras com o rodo (in Anexos), instrumento feito de madeira para mexer a mandioca ralada no forno. Em seguida o preparo continua sendo feito através da colocação dos vários tipos de mandiocas preparadas durante o processo dentro da masseira (in Anexos), instrumento feito do caule da Cupiúba, árvore nativa da Casa Grande, sendo estes tipos de mandiocas os seguintes: a mandioca macerada (in Anexos) que é a colocada de molho com a mandioca ralada, a própria farinha já pronta para não queimar, a mandioca peneirada e a ralada com ou sem tucupi.

A torrefação da farinha continua no forno de cobre à lenha (in Anexos) que dependendo do tempo de uso é reformado com outros materiais como alumínio. Conforme relato das agricultoras os motivos para continuarem usando este forno, mesmo com as dificuldades para conseguir encontra-lo à venda, é em função da tradição de seu uso, pois este é quase extinto, e também por permitirem torrar a farinha com o uso de lenha e o cobre de sua composição, que garantem a qualidade da farinha.

E para finalizar os instrumentos de produção da farinha o único que não fica na “caduforno” é o espremedor (in Anexos), construído de madeira, corda e uma pedra, utilizado para colocar o tipiti, prensando a mandioca para retirar o tucupi.

A cultura de fazer as roças de mandioca que antigamente eram nas capoeiras (in Anexos), local onde se fazem as roças, e na mata, atualmente também são cultivadas no cerrado, pois existe nessa cultura um conflito entre a conscientização do meio ambiente e a economia.

Dentre as mudanças nessa produção temos também na mão de obra, que de acordo com as produtoras entrevistadas, antigamente os homens trabalhavam mais nessa produção, hoje eles só trabalham quando não tem outros serviços, foi relatado também que está ocorrendo uma diminuição na mão de obra feminina jovem, que segundo a produtora senhora Delcilene Menezes Chaga: “É, a cultura das jovens trabalharem na cultura da farinha está se perdendo, eu sou uma das poucas jovens que modéstia parte ainda trabalha na farinha”.

Em meio à investigação da cultura da produção de farinha na Casa Grande, existia a curiosidade em descobrir como iniciou esta produção neste local. Perguntando a moradores mais idosos, a resposta foi a mesma das produtoras: a de que foi repassada de geração a geração, e quando vieram morar neste local já existia. Mas, segundo o presidente desta comunidade senhor Ailtom da Silva Chagas: “Não sei responder a data, mas, com certeza, foi com os escravos que vieram do Curiaú que no começo começaram a produzir para o consumo próprio e depois passaram a vender”.

Na investigação cultural da produção de farinha da Casa Grande constatou-se que as transformações na cultura da farinha não implicaram na ausência da identidade dessa produção sendo que as técnicas para se fabricar farinha continuaram sendo repassadas de geração a geração tendo como patrimônio a permanência da qualidade da farinha.

2.2 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES QUE PRODUZEM FARINHA NA COMUNIDADE CASA GRANDE.

A organização política das mulheres da Casa Grande ocorre de duas formas:

- A) Na família, sendo que os problemas relacionados à produção da farinha são resolvidos de forma separada entre os membros de cada família.
- B) Através da associação da comunidade quando os problemas são da comunidade.

Quando mencionamos a organização política das mulheres da Casa Grande, no ambiente familiar nos referimos a um conceito grosseiro e generalizado de política, pois em qualquer lugar que exista a presença humana existe política, entretanto essa política sofre mutações de acordo com o ambiente, e o relacionamento político depende das habilidades com que os personagens deste meio têm para opinarem e o poder de convencer os demais atores desse lugar a obedecerem a seus argumentos.

Com embasamento neste conceito podemos destacar que as produtoras tem destreza para opinarem e defenderem suas ideias no ambiente doméstico inerentes aos problemas da produção de farinha por se sentirem confortáveis no ambiente familiar e por terem conhecimento cotidiano dessa produção, todavia nessa relação política da farinha quem tem o poder é a matriarca da família, pois é ela quem domina as demais personagens dessa produção fazendo com que estas acatem o seu posicionamento.

O segundo momento da organização política das agricultoras acontece através da associação de moradores, contudo não existe um espaço físico destinado a esta, as reuniões ocorrem na casa do presidente. Esta associação foi fundada por motivos burocráticos para que se pudesse ser implantado o projeto PPI (Programa de Produção Integrada). Para se fazer roças no cerrado as produtoras se incorporaram à esta associação para serem beneficiadas com essas roças.

Porém, um dos problemas unanime relatados entre as produtoras foi a ausência ou atraso do PPI, o que acaba implicando não apenas em problemas relacionados à produção de farinha, mas também conectados à comunidade, pois esta produção é a fonte geradora de renda desta localidade. Mas as produtoras se sentem acanhadas para conduzirem um embate nesta associação e raramente comparecem às reuniões, acarretando na percepção de que são pouco politizadas, como podemos confirmar no seguinte relato de Andreza Chagas ao dizer que: “Os problemas da comunidade é com o presidente ele reclama que agente não vai nas reuniões mas nem sempre da pra gente ir, a gente tem nossos serviços da casa”.

2.3 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DE FARINHA NA COMUNIDADE CASA GRANDE

Nesta comunidade a agricultura familiar diferencia-se da maioria deste tipo de agricultura pelo fato das famílias não apresentarem domínio patriarcal, porém, o simbolismo patriarcal é velado, pois as produtoras executam igualmente com os homens os trabalhos como capina, cortam lenha de machado, colherem, plantam; antigamente derrubavam árvores e ainda tem seu trabalho como um anexo nas atividades da casa.

Mesmo essas agricultoras tendo o domínio da economia local e administrando a produção de farinha, elas veem como natural a renda delas ser utilizada para os benefícios familiares, enquanto os homens trabalham temporariamente nessa atividade e são remunerados ou o lucro é dividido.

Podemos constatar esses fatos nos seguintes relatos de Maria das Graças Chagas ao dizer que: “A gente faz tudo na produção da farinha, quando agente não pode agente paga os homens pra fazer, agente precisa deles, eles tem mais força”.

Segundo Olivia Chagas: “o trabalho da casa não empata o da farinha, a casa da farinha fica perto da casa ou quando a gente chega da roça, a gente faz o da casa é em horário diferente”.

Podemos caracterizar as desigualdades de gênero da cultura da produção de farinha da Casa Grande como resultado da coerção do simbolismo masculino.

2.4 OBSTÁCULOS E EXPECTATIVAS DA PRODUÇÃO DE FARINHA DAS MULHERES DA CASA GRANDE

Dentre os obstáculos enfrentados na produção de farinha o principal relatado por essas agricultoras foi com relação ao transporte, tanto para carregar a mandioca da roça até a casa de farinha, quanto para comercializar a farinha nas feiras dos bairros Pacoval e Jardim Felicidade em Macapá. Temos os detalhes desses fatos nos seguintes relatos da moradora Soledade Santos, ao contar que:

Quando a gente carrega mandioca em sacos, pesa, a gente traz só um pouco, quando a gente carrega de bicicleta no inverno o caminho fica liso, perto da minha roça tem uma baixa, é muito ruim pra gente subir e quando é em maior quantidade a gente paga carro, e como a gente não tem dinheiro paga no dia de feira.

Segundo a produtora Josefa Chagas:

O caminhão do governo quando passa, não passa quando a gente tem que pagar carro pra levar agente, as vezes ainda tá cedo a gente tá com muita farinha e o caminhão já chegou pra pegar a gente, aí a gente fica pra ver se vende mais e como a gente ainda fica com farinha a gente paga carro pra trazer a gente, mas é ruim, o lucro já é pouco”.

O segundo problema mais mencionado foi inerente a pouca produção pelos seguintes motivos:

- A) Dificuldades para se conseguir licença na SEMA (Secretária Estadual do meio Ambiente) para se fazer roça na mata pois a Casa Grande é uma APA (Area de preservação ambiental)
- B) Dificuldades em se conseguir que o projeto PPI, venha arar as roças (in Anexos) de acordo com o calendário da cultura da farinha, nos meses de Novembro e dezembro para que se plante no inicio das chuvas de Janeiro.
- C) Quando ocorre a ausência do projeto PPI, e as agricultoras não fizeram roças nas capoeiras (foto em anexo) área em que ocorreu o cultivo de roças) com o intuito de trabalharem nas roças do arado foto em anexo.

As demais dificuldades foram:

- A) No inverno a lenha molha fica difícil para se torrar farinha devido o forno ser a lenha;
- B) A casa de farinha molha;
- C) A desvalorização ao trabalho de se fabricar farinha em relação ao preço;

Entretanto, mesmo com todos os problemas enfrentados na produção de farinha as mulheres afirmam que trabalham nesta atividade porque gostam, para serem independentes financeiramente e almejam nesta profissão:

- A) Aumentar a produção, porque o lucro desta é apenas para comprar vestuário, eletrodomésticos, móveis e alimentação, sendo que estes itens são adquiridos para subsistência;
- B) Serem reconhecidas fora da comunidade através da cultura da farinha;
- C) Conseguirem compradores através de contratos para que a produção seja em quantidade exata de venda.

3 A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PPI NA COMUNIDADE CASA GRANDE

A ideia de se implantar o PPI (Programa de Produção Integrada) na Casa Grande surgiu após um convite da Secretaria Municipal de Agricultura, as produtoras da Casa Grande para conhecerem e participarem do projeto Bragantino, que estava iniciando roças no cerrado nas comunidades do Maruanum e na Ressaca da Pedreira.

Como foi observado pelas produtoras e pelo senhor Ailtom da Silva Chagas, atual presidente da associação de moradores da Casa Grande, que a produção de mandioca estava se desenvolvendo com qualidade e houve um consenso de que o projeto Bragantino seria viável na cultura da família.

Diante destes fatos o presidente desta comunidade juntamente com a ex-presidente enviaram um projeto às Secretarias de Agricultura Municipal e Estadual, sendo que apenas a Estadual se manifestou exigindo que para que esse projeto fosse implantado teria que existir uma associação de moradores na Casa Grande, então esta foi reativada e implantou-se em 2008 o projeto para se trabalhar no Cerrado, renomeado para PPI.

As agricultoras para estarem incluídas nesse projeto precisam associar-se à associação de moradores para serem beneficiadas com uma roça no Cerrado, de 100 metros. Entretanto, essa medida pode ser fixa ou diminuir de acordo com a quantidade de combustível que as agricultoras tem condições de comprarem para ser utilizado no trator para arar as roças sendo que, o PPI fornece apenas o trator juntamente com o motorista e outro funcionário para marcar a área das roças, são as produtoras que fornecem alimentação para esses homens no período dessas atividades e compram também o adubo para prepararem a terra para que se possa cultivar a mandioca no arado foto em anexo.

Em 2012 conforme o presidente da Casa Grande, foi assinado um convenio na administração do governo Camilo Capiberibe, para que se continuasse o PPI,

mas, este governo mudou o nome deste projeto para PRONAF(Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar) porém não se teve a atuação desse projeto e as agricultoras ficaram sem as roças no cerrado até 2014”

Segundo o presidente desta comunidade “os motivos alegados para a não realização do PRONAF foi que não tinha ficado verba da gestão do governador Waldez Góes”.

Contudo em 2016 o projeto para arar as roças no cerrado esta atuando na Casa Grande, através da gestão do governador Waldez Góes, mantendo-se o nome de PPI.

Este projeto também trouxe benefícios para a fauna e a flora, pois conforme o presidente desta comunidade Ailtom da Silva Chagas: “Esse projeto é maravilhoso, a gente “tava” desapropriando os animais de seus “habitares” com as queimadas e com o desmatamento”.

Este projeto trouxe mudanças também na produção de farinha como:

- A) A partir do projeto as roças passaram a ser feitas também no Cerrado, com isso as produtoras não precisaram mais encoivarar (desmatar através de queimadas) e nem desmatar com o uso de machados;
- B) A qualidade e a colheita da mandioca melhorou.
- C) As capinas são feitas com menos intensidade do que nas roças da floresta e das capoeiras.

Segundo Maria das Graças Silva Santos: “Antes desse PPI no “verãozão” era muito ruim pra arrancar a soca da terra, a terra fica muito dura, tinha que fazer muita força”.

4 OS DESAFIOS DA COLETA DE DADOS

Um dos obstáculos para a realização da pesquisa empírica foi para se chegar à comunidade Casa Grande, pois fiquei por 3 vezes na parada de ônibus do Curiaú por duas horas e este não passou, então liguei para Andreza Chagas agricultora da Casa Grande e fui informada que esse veículo, desvia do itinerário das paradas mas, que era para eu ir para última parada do bairro Novo Horizonte, que dessa este ônibus não desvia o percurso.

Nesta parada não existe abrigo os passageiros, esperam em uma calçada por no mínimo 45 minutos segundo as produtoras o presidente procurou os órgãos responsáveis pelo percurso desse ônibus em busca de soluções para estes problemas, contudo permanecem no percurso da Casa Grande, ônibus degradados e o tempo de espera aumentou atualmente tem-se transporte público nesta comunidade às 6,10 e as 18 horas.

Os problemas relacionados a este ônibus causaram o aumento da duração da coleta de dados. Pelos seguintes fatos:

- A) Chegava nesta comunidade em horários que analisei serem impróprios para aplicar as entrevistas, pois muitas vezes seus esposos estavam por perto; percebi que o comportamento delas mudava e muitas vezes eram eles quem respondiam, muitas delas iam de encontro à resposta deles e outras calavam;
- B) Aguardava na parada quase 2 horas e desistia de ir a Casa Grande, porque mesmo que o ônibus, viesse eu iria chegar a esta comunidade em horários em que as agricultoras estariam em seus afazeres domésticos ou nas roças então seria impossível aplicar as entrevistas.

Os demais obstáculos na pesquisa de campo foram:

- A) Encontrei dificuldades em ter aproximação com estas agricultoras, então comprava os produtos delas como farinha, tucupí e levava garrafas pets para que desta forma, se conseguisse não apenas aplicar as entrevistas, mas também coletar informações através de observações do cotidiano destas mulheres.
- B) Encontrei bastante resistência das agricultoras para fotografa-las produzindo farinha e principalmente de suas atividades nas roças.

5 O QUE DETERMINA A NÃO EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE FARINHA DA CASA GRANDE

As produtoras de farinha da Casa Grande continuam com o comportamento padrão do início dessa produção no sentido de conhecerem os problemas desta produção e o que eles causam permanecendo desta forma sem habilidades para encontrarem instrumentos para traçarem metodologias para resolvê-los.

Percebemos estes fatos, pela pouca politização destas mulheres, pois se percebe que elas precisam ter consciência dos seus papéis de protagonistas dessa produção sendo atuantes, não apenas querendo a solução dos problemas, mas também tendo consciência de seus deveres.

Desta forma, destacamos a noção do poder de Collings (2004) citado por Hernandez (2009, p 65), por acharmos que se adequa à necessidade de empoderamento destas mulheres, então temos “poder normativo que incita a atuar, a produzir, a falar, gerando uma rede de dominação”.

Mas para que essas mulheres tenham o domínio deste poder é preciso que exista um agente de empoderamento e que elas tenham o interesse em empoderar-se.

Nesta comunidade o agente de empoderamento pode ser a associação de moradores desde que haja uma união de poderes entre agricultoras e a associação, e as agricultoras entre si para que desta forma se tenha a soma do conhecimento das partes e do todo.

Desse modo o que determina a não expansão de farinha das mulheres da Casa Grande, é o não empoderamento dessas mulheres e a falta de união entre elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viver em uma sociedade dominada pelo poder patriarcal é a marca deixada por séculos de domínio masculino dentro de um mundo em que o homem domina principalmente por sua força física. A busca pela igualdade entre os gêneros, marca a vontade e principalmente o reconhecimento de que gênero não deve se sobressair como fator dominante sobre as capacidades humanas.

É possível construir uma sociedade baseada na igualdade entre os indivíduos, sem que homem seja tido como superior, para tanto, também é preciso que haja, por parte daqueles responsáveis pelo crescimento social, o reconhecimento dos esforços daqueles que realizam suas atividades de maneira produtiva e eficaz, e conseqüentemente não julgá-los e reconhecê-los por sexo.

O convívio na comunidade de Casa Grande permitiu constatar que existem locais que o gênero feminino é atuante em relação ao trabalho. As mulheres locais, tem papel de fundamental importância para a manutenção da rotatividade econômica do lugar e que sem o desenvolvimento e a iniciativa tomada por estas mulheres, famílias seriam prejudicadas.

No entanto, percebeu-se também que as diferenças também são perceptíveis e vivas dentro do convívio do lugar. Embora as mulheres estejam à frente da produção da farinha, seu trabalho é tido por elas e por seus maridos como algo secundário, distorcendo o valor que este deveria de fato receber.

É preciso que haja por parte destas mulheres a iniciativa de mudar este fato, aliado ao seu empoderamento. É fazer que estas possam reconhecer que elas são a força que esta à frente de suas existências e que seu trabalho não se trata de algo irrelevante perto do poderio patriarcal.

Unir forças, organizar-se politicamente, buscar por direitos, e então assim conseguir as melhorias que todas, de maneira em geral sonham, poderá ser o meio para que tenham seu trabalho reconhecido e alcancem a igualdade que fato deve existir.

BIBLIOGRAFIA

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. Gênero, o que é isso? **Psicol. Cienc. Prof.** vol. 15, nº 1-3, Brasília, 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931995000100002>. Acesso em 01 nov. 2015.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?**. Porto Alegre, 2009. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16405/000696957.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 nov. 2015.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura família** In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto, Minas Gerais, 2002. Disponível em <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/integra_estudo_trabalho_mulher_agricola>. Acesso em 16 nov. 2016.

MINI HOUAIS. **Mini Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4. Ed, Objetiva, Rio Janeiro, 2010.

QUEIROZ, Silvaneide. **Território quilombola do Curiaú e área de proteção ambiental do Curiaú: interpretação dos conflitos socioambientais pela economia ecológica**. 2008. Disponível em <http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/bitstream/2011/1937/1/Dissertacao_TerritorioQuilombolaCuriau.pdf>. Acesso em 12 jul. 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. 1989. Disponível em <<http://www.observe.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>>. Acesso em 14 mai. 2016.

ANEXOS

REGISTRO FOTOGRÁFICO DO LOCAL E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE FARINHA NA COMUNIDADE CASA GRANDE



Imagem 1: “Caduforno” – casa de produção da farinha.

Fonte: Acervo da autora (2016)



Imagem 2: Catitu – Ralo elétrico

Fonte: Acervo do autora (2016)



Imagem 3: Tipiti – instrumento para a prensa da mandioca ralada.

Fonte: Acervo da autora (2016)



Imagem 4: Tucupi – líquido obtido através da massa da mandioca prensada

Fonte: Acervo da autora (2016)



Imagem 5: Peneira – para separar a mandioca ralada e farinha quase pronta

Fonte: Acervo da autora (2016)

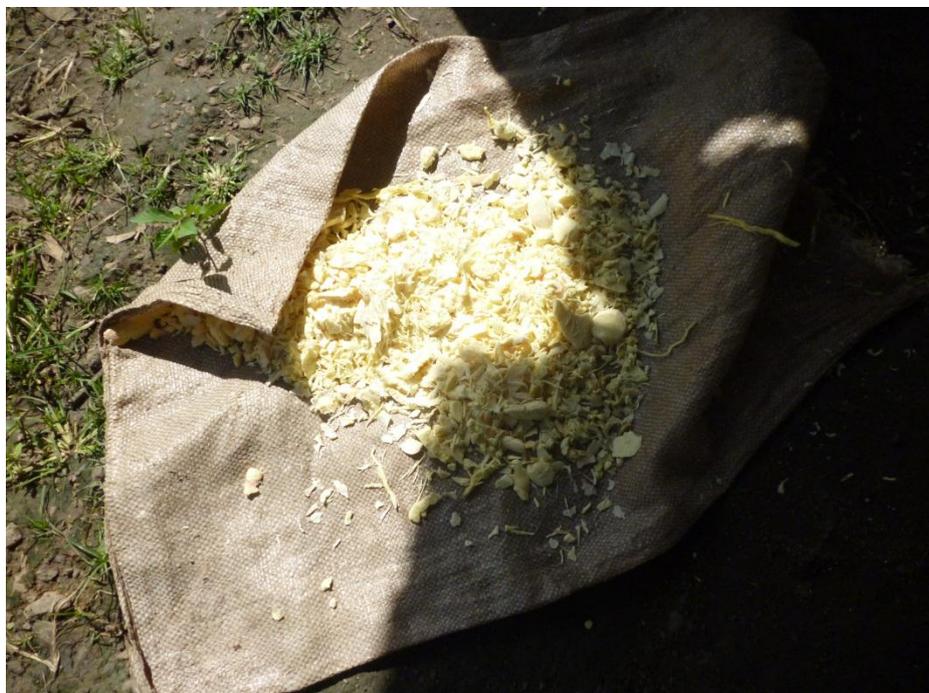


Imagem 6: Carueira – pedaços de mandioca não ralados

Fonte: Acervo da autora (2016)



Imagem 7: Gurulão – farinha “embolada” no processo de torração
Fonte: Acervo da autora (2016)



Imagem 8: Tapioca – parte sólida obtida após o repouso do tucupí no recipiente
Fonte: Acervo da autora (2016)



Imagem 9: Rodo – instrumento para mexer a farinha durante a torra

Fonte: Acervo da autora (2016)



Imagem 10: Masseur – instrumento para receber as massas da mandioca

Fonte: Acervo da autora (2016)



Imagem 11: Mandioca macerada – mandioca que fica imersa em água de três a cinco dias
Fonte: Acervo da autora (2016)



Imagem 12: Forno de cobre para torrar a farinha
Fonte: Acervo da autora (2016)

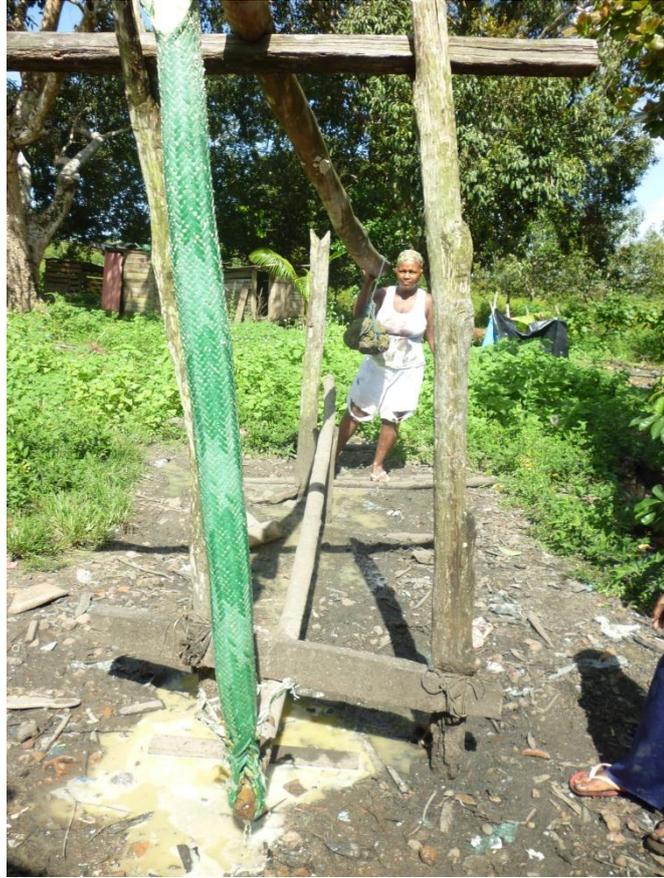


Imagem 13: Espremedor – instrumento que segura o tipiti para a prensa da mandioca
Fonte: Acervo da autora (2016)



Imagem 14: Capoeira – local onde foram feitas as roças
Fonte: Acervo da autora (2016)



Imagem 15: Arado – roça no campo

Fonte: Acervo da autora (2016)

RITUAL DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA FARINHA



LAVAGEM DA MANDIOCA



PROCESSO PARA RALAR



COLOCAÇÃO DA MASSA RALADA NO TIPITÍ



RETIRADA DO TUCUPÍ



SELEÇÃO DA MANDIOCA
RALADA E DA CARUEIRA



CORTE DE LENHA



PROCESSO PARA UNTAR FORNO



TORRA DA MASSA



SEPARAÇÃO DA FARINHA E
DO GRURULÃO



ACENDIMENTO DO FORNO



RETIRADA DA FARINHA PRONTA PARA A MACERA



FARINHA E TUCUPI PRONTOS PARA CONSUMO

APÊNDICES

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

Entrevistados: **Mulheres produtoras de farinha na comunidade Casa Grande**

Entrevistador: Rosileia Melo Loureiro

Assunto: Processo de produção de farinha na Comunidade Casa Grande

Local: Residências das produtoras na Comunidade Casa Grande

Dia/ Hora: Período entre Agosto e Setembro de 2015

1. Como se originou a produção de farinha na comunidade Casa Grande?
2. A produção de farinha sempre foi realizada por mulheres?
3. Quais as principais dificuldades para trabalhar na produção de farinha?
4. A produção de farinha é repassada de geração a geração?
5. O que as mulheres da Casa Grande esperam conseguir trabalhando na produção de farinha?
6. O lucro da produção de farinha é unicamente para manter a família?
7. Como as mulheres da Casa Grande se organizam para resolverem os problemas enfrentados tanto na produção de farinha quanto nesta comunidade?
8. A produção de farinha realizada por mulheres é valorizada na comunidade?
9. Quais os projetos realizados na comunidade Casa Grande que trouxeram benefícios para produção de farinha e para as mulheres que trabalham nessa produção?
10. Apesar das mulheres que trabalham na produção de farinha na comunidade Casa Grande realizarem todos os processos de produção de farinha, os homens ainda tem maior reconhecimento devido terem mais força física para realizarem os trabalhos mais pesados?

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

Entrevistado: **Ailtom da Silva Cruz**

Entrevistador: Rosileia Melo Loureiro

Assunto: Projeto PPI

Local: Residência do Sr. Ailtom da Silva Cruz na Comunidade Casa Grande

Dia/Hora: 13 de Outubro de 2015 as 14h30min

1. Como se originou o projeto PPI?
2. Quais os benefícios do projeto PPI para a comunidade e para as mulheres que trabalham na produção de farinha nesta comunidade?
3. O que mudou na produção de farinha e na comunidade após a implantação do projeto PPI?
4. O trabalho das mulheres que produzem farinha é tido nesta comunidade, como um trabalho de ajuda aos homens pelo fato delas precisarem deles para executarem os processos de produção pesados da farinha ou essas mulheres tem o reconhecimento que elas executam qualquer etapa dessas produção?
5. O trabalho das mulheres que produzem farinha nesta comunidade é tido como fonte de economia nesta comunidade?
6. Existem muitas mulheres que são chefes de família nesta comunidade?
7. As mulheres desta comunidade são reconhecidas pelo fato delas cuidarem da casa da educação dos filhos e de trabalharem na produção de farinha?
8. Sem a mão de obra feminina na produção de farinha na comunidade Casa Grande, essa produção terá uma grande diminuição e com isso o declínio da economia?
9. A mão de obra feminina é valorizada na comunidade Casa Grande?
10. Quais os fatores considerados para a aceitação da implantação de projetos na comunidade Casa Grande?